

TRADUÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS: DESCONSTRUINDO PARA DESCOLONIZAR

Tatiany Pertel Sabaini Dalben*

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo desmistificar a noção logocêntrica da prática da tradução como processo de simples transporte de significados e demonstrar a importância de entender o processo de tradução através da perspectiva desconstrutivista de Derrida, como uma recriação do original. Para tanto, discorremos sobre a utilização de textos traduzidos e da análise contrastiva em sala de aula de língua inglesa como possibilidades de construção de identidades e práticas sociais.

Palavras-chave: Tradução. Desconstrutivismo. Construção de identidades.

Abstract: This paper aims to demystify the notion of logocentric practice of translation as a process of mere transportation of signs, demonstrating the importance of understanding the translation process from Derrida's deconstructive perspective, as a recreation of the 'original' text analyzing the use of translated texts and contrastive analysis of translated texts within the English as a foreign language classroom as ways to construct identities and social practices.

Keywords: Translation. Deconstructivism. Identity Construction.

Introdução

Uma das atividades cognitivas mais antigas do mundo, a tradução sempre foi foco de inúmeras discussões, tanto relacionadas a fatores linguísticos quanto a ideológicos. Questões ligadas à comunicação interlingual, como a tradução interlingual¹, tiveram maior ênfase quando vimos, a partir dos anos noventa, surgir meios eletrônicos de comunicação mais avançados como a internet. O fenômeno da globalização viabilizou tais questões e abriu caminho para que a tradução viesse desempenhar papel indispensável na gigantesca troca de informação entre países que não carregam diferenças somente linguísticas, mas também

1 * Pertel: Professora do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus – BA, Brasil.

Em seu clássico ensaio sobre os aspectos linguísticos da tradução em 1959, Jakobson distingue entre três tipos diferentes de tradução: a tradução intralingual (interpretação dos signos dentro da mesma língua); a tradução interlingual ou *tradução propriamente dita* (interpretação dos signos entre línguas distintas) e a tradução inter-semiótica ou *transmutação* (*interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não verbais*). No entanto, neste trabalho nos ateremos a questões concernentes à tradução interlingual.

culturais, históricas e ideológicas. A diferença entre fatores ideológicos e linguísticos [...] *abre caminho à discussão do tema [tradução e ensino] nos termos mais vastos do discurso pós-colonial* (BASSNETT, 2003).

A tradução, enquanto atividade interdisciplinar de desenvolvimento, crescimento, é o tema central deste artigo. A partir de uma conjuntura linguística baseada na perspectiva filosófica desconstrutivista e na perspectiva pós-colonial, buscamos problematizar a questão do texto original e do papel do tradutor. No decorrer da discussão surge a questão da interpretação, da representação, do discurso, da intencionalidade e do poder. A prática da tradução nos faz pensar na originalidade do nosso discurso, e na leitura que fazemos do discurso do outro.

Ao compreender o texto traduzido como outro original, porém com possíveis poderes ‘colonizadores’, buscamos refletir sobre a possibilidade da utilização de textos turísticos brasileiros traduzidos e da análise contrastiva como fontes de aprendizagem. Por serem textos que refletem a cultura do aluno, e não a cultura do *colonizador*, a prática da análise contrastiva em sala de aula de língua inglesa desses textos pode revelar uma aprendizagem interdisciplinar que envolve língua, cultura, sociedade, e vários outros aspectos.

A desconstrução de uma visão metafísica do processo de tradução

Em contextos pós-coloniais, a problemática da *tradução* torna-se lugar significativo para o surgimento de questões relacionadas à representação, poder e historicidade (NIRANJANA, 1992, p. 1).

A prática da tradução esteve por muito tempo subjugada e marginalizada pelas organizações de estudos linguísticos, e, dessa forma, classificada como uma subcategoria da Literatura Comparada. No entanto, a partir do final dos anos setenta, acontece o contrário: a Literatura Comparada é posta como um ramo dos Estudos de Tradução e deixa de ser vista como uma área de pesquisa de segunda categoria para ser conjugada a várias outras áreas, como a Linguística, os Estudos Literários, a História da Cultura, a Filosofia e a Antropologia, sendo então considerada uma área de investigação de natureza interdisciplinar (BASSNETT, 2003). A partir de então, a teoria e a prática da tradução vêm recebendo constante e crescente interesse, porém é somente nos anos noventa que os Estudos de Tradução conquistam seu espaço adquirindo status de disciplina de direito próprio.

Hoje, essa disciplina informa diversos tipos de pesquisa, tanto em sua vertente linguística quanto na ideológica. Como dito anteriormente, questões ligadas à tradução interlingual tiveram maior ênfase com o surgimento da globalização, responsável por abrir caminho para que a tradução viesse desempenhar papel indispensável na gigantesca troca de informação entre países.

Levar em conta a atitude antropofágica do tradutor² é preocupar-se com fatores ideológicos, uma vez que, articulada ao discurso desconstrutivista³ de Derrida, essa perspectiva vê o produto da tradução como outro original, e, dessa forma, oposta à noção logocêntricaⁱⁱ de interpretação atrelada ao texto original. Para Derrida “não há signo linguístico antes da escrituraⁱⁱⁱ” (DERRIDA, 1973, p. 17). Dessa forma, poderíamos dizer que não há um significado primeiro, um original, como preconizam os estruturalistas. Em seu consagrado trabalho *Gramatologia (De la Grammatologie)*, Derrida chama esse significado com o qual sonha o estruturalismo, que ultrapassa os tempos e destrói todos os outros possíveis significados, de *significado transcendental* (DERRIDA, 1973, p. 24). A cada escritura a relação significado/significante se refaz, tecendo-se novas tramas, formando-se diferentes desenhos, outras formas, e, assim, tendo-se, a cada nova leitura, [...] *a ilusão de se prender o signo na nova malha* (GRIGOLETTO, 1992, p. 32).

Muitos teóricos da área de tradução acreditam que o texto original possa ser decodificado e que uma leitura adequada possa revelar e proteger seu significado correto, sendo, dessa forma, perfeitamente possível preservar esse significado no texto-traduzido. Essa perspectiva encara o processo tradutório como uma atividade de simples transporte de significados do texto original para o traduzido, de uma língua para outra, e de uma cultura para outra (ARROJO, 1993), apresentando o tradutor como tendo *função meramente mecânica* (ARROJO, 2002, p. 12), sendo, por uma visão/noção logocêntrica, e como denomina Venuti (1986 *apud* ARROJO, 1993, p. 138), [...] *invisível em duas frentes, uma textual ou estética, a outra socioeconômica*.

Essa missão impossível, que, segundo Arrojo (1993), é criada pelos defensores do logocentrismo/noção logocêntrica para acometer o tradutor, também prevê a necessidade de o tradutor ter um conhecimento superior, saber tudo sobre as línguas, culturas, histórias e

2 Esta é uma metáfora criada pelos tradutores brasileiros a qual identifica o sujeito tradutor como um canibal cujo intuito é devorar o texto original com a intenção de criar algo completamente novo a partir desse ato (BASSNETT, 2003, p. XX).

3 Inserimos ao final do artigo um glossário para esclarecimento de alguns termos complexos ligados à perspectiva desconstrutivista.

ideologias das línguas em questão. Nesse contexto, segundo a autora, o tradutor deve buscar a [...] *preservação ideal do significado original sem nenhuma alteração ou perda* (ARROJO, 1993, p. 134-135). Porém, Walter Benjamin deixa claro que *nenhuma tradução seria possível se, em sua essência, ela buscasse a aparência com o original* (BENJAMIN, 2000, p. 17). E adiante afirma que *uma transferência literal de sintaxe destrói completamente a teoria da reprodução do significado e é uma ameaça direta à compreensão* (BENJAMIN, 2000, p. 21).

A visão centrada no conceito de *logos*^{iv} é combatida pela desconstrução^v. Jacques Derrida, seu precursor e maior defensor, rejeita a idéia objetivista de uma estrutura inerente ao texto, por isso é conhecido por muitos como pós-estruturalista^{vi}. A significação, segundo ele, é gerada num processo dinâmico, ela é o jogo^{vii} formal das diferenças, ou seja, o signo somente adquire significação pela sua diferença em relação a outros elementos com os quais ele se encontra em contraste sintagmático ou em oposição paradigmática (SANTIAGO, 1976, p. 83). Por isso, o texto, numa perspectiva desconstrutivista, não pode assumir, nem possuir nenhuma significação definitiva.

Em seu polêmico estudo *A Morte do Autor* (1984), Barthes parece compartilhar dessa visão desconstrutivista enfatizando essa questão sob a perspectiva do autor. Segundo ele não existe a figura do autor fora ou anterior à linguagem. O autor, para Barthes, é um produto do ato de escrever – é o ato de escrever que faz o autor e não o contrário (BARTHES, 1984).

Assim, a partir de uma visão desconstrutivista e não-logocêntrica, podemos caracterizar o tradutor não como um simples decodificador e transportador de significados, mas como um autor que deve ter condições de ler, interpretar e produzir/transformar os significados provisórios que encontra em sua leitura em outros significados, sendo fiel não ao texto original, mas àquilo que considera *ser* o texto original, àquilo que considera constituir-lo. Pois, o tradutor é, antes de qualquer coisa [...] *primeiro um leitor e só depois um escritor* (BASSNETT, 2003, p. 132), e como leitor e produtor de significados, o tradutor será fiel à sua interpretação do texto de partida, que será, sempre, um produto daquilo que ele mesmo é, daquilo que pensa, daquilo que sente (ARROJO, 2002, p. 44). Essa transformação acontece dentro de um jogo de substituições infinitas:

[...] não é porque a infinidade de um campo não pode ser coberta por um olhar ou um discurso finitos, mas porque a natureza do campo – a saber a linguagem e uma linguagem finita – exclui a totalização: este campo é com efeito o de um *jogo*, isto é, de substituições infinitas no fechamento de um conjunto finito. Este campo só permite estas substituições infinitas porque é finito, isto é, porque em vez de ser um campo inesgotável, [...] em vez de ser demasiado grande, lhe falta algo, a saber um

centro que detenha e fundamente o jogo das substituições (DERRIDA, 1971, p. 244-245).

O centro sobre o qual fala Derrida corresponde ao *logos* defendido pelo logocentrismo. Esse *logos* (razão), segundo Derrida não pode existir, uma vez que *[o] movimento da significação acrescenta alguma coisa, o que faz que sempre haja mais [...]* (DERRIDA, 1971, p. 245).

Essa perspectiva desconstrutivista inscreve-se paralelamente à corrente pós-colonialista que recentemente vem redefinindo pensamentos e posições teóricas de muitos pesquisadores. Segundo essa nova corrente do pensamento pós-moderno,

A tradução foi efetivamente usada no passado como instrumento do poder colonial, um meio de silenciar a voz dos povos colonizados. No modelo colonial havia uma cultura dominante, sendo os restantes subservientes, e a tradução reforçava esta hierarquia de poder (BASSNETT, 2003, p. 6).

Da mesma forma que a desconstrução de Derrida vê a leitura enquanto acontecimento e a considera, junto à tradução, como fenômeno de construção e transformação de significados, de sentidos, a corrente pós-colonialista defende uma prática de tradução e leitura que faça o mesmo, fugindo da visão logocêntrica de um significado primeiro, original, correto, como afirma Arrojo: *A tradução, como a leitura, deixa de ser [...] uma atividade que protege os significados “originais” de um autor; e assume sua condição de produtora de significados; mesmo porque protegê-los seria impossível* (ARROJO, 2002, p. 24).

A linguagem e o discurso com que são construídas as traduções podem ser os maiores responsáveis por colocá-la como instrumento que enfatiza a *[...] desigualdade das relações de poder” que caracterizam o processo colonizador* (BASSNETT, 2003, p. 7), principalmente no mundo globalizado de hoje, onde *[...] os contatos entre os povos estão se processando na velocidade da luz* (RAJAGOPALAN, 2003, p. 26).

Em seu livro de grande repercussão *“Siting Translation: History, Post-Structuralism, and The Colonial Context* (1992), a autora indiana Tejaswini Niranjana apresenta argumentos que serão retomados por pensadores que compartilham uma visão crítica a respeito da tradução e abraçam uma postura pós-colonial. Nesse mesmo livro, a autora nos lembra que *a prática da tradução provê a forma, ao mesmo tempo em que também a adquire dentro das relações assimétricas de poder que operam sob colonialismo* (NIRANJANA, 1992, p. 2).

Se pensarmos pelo prisma linguístico com implicações textuais temos o autor do texto como construtor de sentidos que a partir de sua visão e linguagem sociopolíticas, construídas através das interações com a sociedade na qual está inserido, passa a ser um transmissor do discurso que ouve. O discurso, na visão de Rajagopalan (1999), não é de outra ordem senão política, e carrega o poder de assujeitamento, dominação, sendo frequentemente utilizado como ferramenta de manipulação identitária.

Rajagopalan (1999), com sua visão pós-colonialista, nos permite fazer uma ligação com as ideias sobre discurso e noções de *poder* e *saber* postuladas por Michel Foucault. Para Foucault (1996), existem *regimes de verdade* utilizados com o intuito de controlar e regular. Ele acredita que verdade e poder estão sistematicamente ligados. A verdade existe numa relação de poder, e este opera em conexão com a verdade. Segundo o teórico, cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade, isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros. Foucault assinala que o poder pode incitar, seduzir, induzir, facilitar ou dificultar, limitar ou ampliar, tornar menos provável ou mais provável. Sendo assim, podemos acreditar que o discurso é uma ferramenta de poder.

Em seu discurso proferido na aula inaugural no *Collège de France* em 2 de dezembro de 1970, intitulado *A Ordem do Discurso*, Foucault questiona sobre o que haveria de tão perigoso no fato do discurso das pessoas proliferarem indefinidamente (FOUCAULT, 1996). E esse questionamento nos remete novamente à problemática sociopolítica da linguagem que discute Rajagopalan (1999), fazendo-nos refletir a respeito dos discursos que escutamos a cada dia. O perigo, acreditamos, está em ouvirmos, aceitarmos e repetirmos os discursos que ouvimos, principalmente aqueles advindos das nações colonizadoras, sem que haja alguma adequação aos nossos próprios interesses idiossincráticos. O perigo, insiste o pensador que sistematicamente rejeita verdades universais, estaria na normatização do discurso (FOUCAULT, 1996), que embute um elemento de poder.

A posição de Rajagopalan (1999) com relação à noção de discurso tomada como ferramenta de colonização parece ter sido abordada anteriormente por Foucault: *O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar* (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Através dessa noção de discurso problematizada por Foucault e questionada por Rajagopalan, o sujeito passa a ser entendido como tendo uma identidade provisória, pois é

constantemente assediado pelos discursos alheios, que, por sua vez, também são passageiros, e utilizados pelo sujeito em detrimento do momento político-histórico em que vive, buscando, dessa forma, defender seus próprios interesses. Em *A Escritura e a Diferença*, Derrida já havia mencionado que *a partir do momento que falo, as palavras que encontrei, a partir do momento que são palavras, já não me pertencem, são originalmente repetidas* (DERRIDA, 1971, p. 119).

Essa visão de sujeito que parte de tal problematização sobre o discurso parece harmonizar-se com a noção Bakhtiniana de sujeito assujeitado (BAKHTIN, 1986). De acordo com o pensamento Bakhtiniano, o sujeito emerge do outro e é dialógico, sendo que seu conhecimento é fundamentado no discurso que ele produz.

Assim como Bakhtin, Rajagopalan acredita que o *eu* seja permeado pelos *outros*: *Eu não sou, eu estou sendo* (RAJAGOPALAN, 1999, p. 1). Para Bakhtin (1986), o *eu* existe a partir do diálogo com os outros *eus*. Dessa forma, o *estou sendo* de Rajagopalan é reconstruído a cada interação com os outros *estou sendo*:

Nossas personalidades estão ficando cada vez mais complexas, você não é mais um ser pronto e acabado, nunca foi aliás, e hoje, então, não há mais como provar isso, nós “estamos sendo” a toda hora, [...] eu não “sou” mais, eu “estou sendo” alguma coisa (RAJAGOPALAN, 1999, p. 2).

A tradução se insere nesse contexto por ser ferramenta que une o discurso do autor do texto-fonte a esse *estou sendo*, podendo, a depender do tradutor (quarto componente de uma relação quaternária confluyente constituída por autor, texto, leitor e tradutor), e de sua atitude perante o texto-fonte, transformar-se em outro tipo de ferramenta: um instrumento de colonização poderoso, fazendo, dessa forma, a manutenção dos contextos de poder, repetindo o discurso de determinadas nações e seus *regimes de verdade* (Foucault, 1996). Esse pressuposto é também discutido por Niranjana:

Repensar a tradução torna-se uma atitude importante num contexto onde ela tem sido usada, desde o Iluminismo Europeu, para subscrever práticas de assujeitamento, especialmente para os povos colonizados. Tal atitude – um exercício de grande urgência para uma perspectiva pós-colonial que busca compreender “sujeitos” já inseridos “em tradução”, apresentados e reapresentados a partir da visão colonialista – busca reclamar a noção de tradução através de sua desconstrução e recolocar seu potencial como uma estratégia de resistência (NIRANJANA, 1992, p. 6).

Sob tal perspectiva, deveria ser de extremo interesse da linguística crítica⁴ preocupar-se com a forma como são cunhadas as traduções pois, segundo Rajagopalan, o processo de referenciação está no âmago dessa discussão. Mais uma vez, o linguista aborda temas referentes aos estudos linguísticos a partir de uma visão crítica. Em seu livro de grande repercussão intitulado *Por uma lingüística Crítica*, Rajagopalan aborda a referenciação da seguinte forma: *É inegável o importante papel desempenhado pelos termos cuidadosamente escolhidos a fim de designar indivíduos, acontecimentos, lugares etc. na formação de opinião pública* (RAJAGOPALAN, 2003, p. 85).

E, mais adiante, completa que [...] *há, pois um julgamento de valores, disfarçado de um ato de referência neutra* (RAJAGOPALAN, 2003, p. 87). Se, ingênuo e despercebido, o tradutor, sem antes estudar o texto original, transfere ao leitor o discurso politicamente colonizador, conseqüentemente estará transferindo a conexão signo-referência que esconde esse ato discursivo de poder.

Para tanto, no importante artigo *Pós-Modernidade e a tradução como subversão*, Rajagopalan afirma, que [...] *traduzir é antes de mais nada interpretar, e toda interpretação envolve representação* (RAJAGOPALAN, 2000, p. 3). Além disso, *é preciso lembrar que a atividade de tradução sempre foi, sempre é, e sempre será um gesto de reescrever, de recriar, de reinventar o original* (RAJAGOPALAN, 2000, p. 3).

A utilização de textos turísticos na construção de identidades sociais em ensino de língua inglesa

Tendo em mente a possibilidade da existência de uma polissemia de múltiplos significantes, segundo a visão desconstrutivista, e pressupondo que o produto de uma tradução se transforma em um novo original, cujo autor, ou seja, o tradutor possui certa flexibilidade no ato de traduzir, buscamos discutir a utilização em sala de aula de inglês como

4 Linguística crítica - “abordagem desenvolvida por um grupo da Universidade de East Anglia na década de 1970. Eles tentaram casar um método de análise lingüística textual com uma teoria social do funcionamento da linguagem em processos políticos e ideológicos, recorrendo à teoria lingüística funcionalista associada com Michael Halliday (1978, 1985) e conhecida como lingüística sistêmica (FAIRCLOUGH, 2001, p. 46-47)”.

língua estrangeira de textos turísticos brasileiros⁵ escritos em português e suas traduções/versões para a língua inglesa.

Esse *corpus* é formado por um gênero textual cujas traduções carregam uma grande importância para a identidade brasileira: representar o Brasil e suas tradições no mundo globalizado de hoje. Um mundo onde a tecnologia é uma das maiores responsáveis pela intensa troca de informações, culturas e experiências que podemos ver crescer a cada dia.

A língua inglesa, aqui entendida como *World English*, ou *lingua mundi* (CRYSTAL, 2003) (RAJAGOPALAN, 2005, p. 150), é a língua escolhida para traduzir outras línguas que queiram ser ouvidas pelo mundo. A tradução de textos turísticos, bem como a elaboração do texto original, pode representar motivo de preocupação para pós-colonialistas, uma vez que, semanticamente e pragmaticamente constituídos, esses textos comunicam a imagem do Brasil a partir das vozes dos sujeitos autor e tradutor, cujos discursos são atravessados por vozes que, muitas vezes, carregam o discurso colonizador, preponderantemente regulador de suas atitudes, deliberando um texto que, se constituído sob esse prisma, pode comunicar uma visão inferiorizada do Brasil.

Essa representatividade, se positiva, pode ser útil ao se pensar sobre a aplicação de tal gênero textual nas escolas de ensino fundamental e médio, mais precisamente no ensino de língua estrangeira, para auxiliar a construção de identidades e práticas sociais. Num país onde as salas de aula são palco de um representacionismo brasileiro às avessas⁶, onde, segundo Moita Lopes (1996, p. 50), o professor de língua inglesa [...] *é o transmissor principal da cultura do colonizador, através do ensino de inglês*, trabalhar com tais textos turísticos pode significar uma forma de refletir sobre as consequências da invasão cultural norte-americana. Ao lermos sobre seu próprio povo, cultura e história em outra língua, trazemos para a sala de aula de língua inglesa uma forma de discutir e construir a própria identidade. Além disso, trabalhar com tais textos em sala de aula de língua inglesa através de atividades de tradução e análises contrastivas, verificando-se os procedimentos técnicos da tradução utilizados pelos

5 Foram escolhidos para constituir o *corpus* de análises deste trabalho textos turísticos referentes ao estado do ES por ser local bastante visado e visitado por turistas estrangeiros. Além disso, quando se pensa na aplicação prática deste corpus, pode-se cogitar a possibilidade de fazê-lo regionalmente.

6 Gostaríamos aqui de chamar a atenção para a hegemonia norte-americana, que toma conta de nossas salas de aula de língua inglesa, onde se deveria aprender a língua inglesa a partir de um autoconhecimento cultural e tradicional, mas ao invés disso se tende a abrir mão da própria identidade para abarcar a cultura alheia, como se fosse “melhor”, “mais bem-sucedida”. Esse fenômeno foi designado por Robert Phillipson como “imperialismo lingüístico”(PHILIPSON, 1992). A “invasão linguística” a que vêm sendo submetidas as demais nações vem sendo incansavelmente discutida por muitos autores contemporâneos, como Rajagopalan, Niranjana, Dingwaney e Maier, Canagarajah, Moita Lopes, e outros.

tradutores é oferecer uma combinação que proporciona a ampla ocasião para o professor lecionar conhecimentos linguísticos das línguas em foco, enquanto apresenta outros conhecimentos mais relacionados à situação sócio-cultural da região onde vive o aluno; é oferecer a oportunidade para o aluno – e também para o professor – de aprender sob uma perspectiva interdisciplinar que reúne linguagem, cultura, arte, esporte, geografia, música, gastronomia, história, e vários outros aspectos imprevisíveis e incontáveis.

Ao analisar contrastivamente os textos turísticos fonte e os traduzidos, os alunos do ensino fundamental e médio poderão ter a oportunidade de verificar, em ambas as línguas, as diferenças peculiares que levam os tradutores a tomarem decisões diversas segundo as formas particulares de interpretar, organizar e representar o mundo. A atividade de contrastar textos pode levar os alunos a descobrir as escolhas lexicais e sintáticas do tradutor: onde manteve, modificou, omitiu, acrescentou texto, e levantar um olhar crítico sobre as dimensões comunicativa, pragmática e semiótica que compõem o contexto do texto fonte e do texto traduzido. Isso pode significar um grande avanço na construção de conhecimento tanto linguístico quanto de tantas outras questões inseridas no contexto do texto turístico, principalmente questões ligadas à construção identitária.

Para entender melhor essa problemática, recorremos a outro autor indiano que, como Niranjana (1992), possui uma postura pós-colonial, agora voltada a questões de ensino-aprendizagem como um todo. No seu livro intitulado *Resisting Linguistic Imperialism in English Teaching* (1999), Canagarajah diz que a resistência serve para ensinar o sujeito/aprendiz a administrar a influência estrangeira de forma que surja uma nova identidade que não negue nem apague a identidade anterior mas que se aprimore por meio de diálogo saudável entre as línguas e culturas, tradições, ideologias em contato. Por esse motivo, é importante construir um ambiente sócio-cultural mais próximo da realidade de nossos alunos, pois, como afirma Canagarajah, *condições sócio-culturais sempre influenciam nossas atividades cognitivas, interferindo, assim, na forma como percebemos e interpretamos a realidade no mundo ao nosso redor* (CANAGARAJAH, 1999, p. 14).

E mais adiante completa:

O aprendizado tem conseqüências que influenciam sobre os valores e a identidade dos alunos, assim como sobre a solidariedade da comunidade. Os alunos sempre farão ligações entre o que aprendem em sala de aula e o mundo exterior (CANAGARAJAH, 1999, p. 14, tradução nossa).

Para completar esse pensamento, Rajagopalan nos lembra que as línguas são híbridas e possuem instabilidades estruturais e constitutivas (RAJAGOPALAN, 2003, p. 25). A língua e, conseqüentemente, a linguagem está em constante construção, algo que o sujeito recria e remolda de acordo com o momento histórico (RAJAGOPALAN, 2003, p. 25). Assim, é importante ressaltar que a reconstituição do sujeito, que nunca se encerra, sempre se fará *a partir* de uma identidade própria e não *apesar* dela.

Referências

ARROJO, Rosemary (org.). **O Signo Desconstruído**: Implicações para a tradução, a leitura e o ensino. Campinas: Pontes, 1992. p. 31-34.

_____. Desconstrução, Psicanálise e o Ensino de Tradução. In: **Tradução, Desconstrução e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993. p. 132-150.

_____. **Oficina de Tradução**: A teoria na prática. . 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

BARTHES, Roland. (1984) A Morte do Autor. In: _____. **O Rumor da Língua**. Tradução de António Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1984. p. 49-53.

BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

BASSNETT-McGUIRE, Susan. **Estudos de Tradução**. Tradução de Vivina de Campos Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BENJAMIN, Walter. The Task of the Translator: An introduction to the translation of Baudelaire's *Tableaux Parisiens*. Translated by Harry Zohn. In: VENUTI, Lawrence (Ed.). **The Translation Studies Reader**. London and New York: Routledge, 2000. p. 15-25.

CANAGARAJAH, A. Suresh. **Resisting Linguistic Imperialism in English Teaching**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

CRYSTAL, D. **English as a Global Language**. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DERRIDA, Jacques. **A Escritura e a Diferença**. Tradução de Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

_____. **Gramatologia**. Tradução de Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

DINGWANEY, Anuradha; Maier, Carol (eds). **Between Languages and Cultures**: Translation and Cross-Cultural Texts. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coord. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. traduzido por Laura Fraga de Almeida Sampaio. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GRIGOLETTO, Marisa. A Desconstrução do Signo e a Ilusão da Trama. In: Arrojo, Rosemary (org.). **O Signo Desconstruído**: Implicações para a tradução, a leitura e o ensino. Campinas: Pontes, 1992. p. 31-34.

JAKOBSON, Roman. Aspectos Lingüísticos da Tradução. In: **Lingüística e Comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969. p. 63-72.

MOITA LOPES, L. P. “Yes, Nós Temos Bananas” ou “Paraíba não é Chicago Não”. Um Estudo Sobre a Alienação e o Ensino de Inglês como Língua Estrangeira no Brasil. In: **Oficina de Lingüística Aplicada**. São Paulo: Mercado de Letras, 1996. p. 37-51.

NIRANJANA, Tejaswini. **Siting Translation**: History, Post-Structuralism, and the Colonial Context. California: University of California Press, 1992.

PHILLIPSON, R. **Linguistic Imperialism**. Oxford, Oxford University Press, 1992.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A Língua é uma Bandeira Política. **O popular**, Goiânia, 29 nov. 1999. Disponível em: www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Raja.htm. Acesso em: 15 outubro 2006.

_____. Pós-modernidade e a tradução como subversão. **Anais do VII Encontro Nacional/1 Encontro Internacional de Tradutores**. São Paulo, 2000. Disponível em www.novomilenio.inf.br/idioma/19980911.htm. Acesso em 19 outubro 2006.

_____. **Por uma lingüística Crítica**: Linguagem, Identidade e a Questão ética. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil: Por uma política prudente e propositiva. In: LACOSTE, Yves; RAJAGOPALAN, Kanavillil. **A Geopolítica do inglês**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 135-159.

SANTIAGO, Silviano (Sup.). **Glossário de Derrida**. Trabalho realizado pelo Departamento de Letras da PUC/RJ. Rio de Janeiro: Edições F. Alves, 1976.

Anexo

i GLOSSÁRIO

Discurso desconstrutivista; perspectiva desconstrutivista – Segundo o discurso desconstrutivista *não há signo lingüístico antes da escritura* (Derrida, 1973, p. 17). Ou seja, para que se tenha a escritura em seu sentido metafórico, é necessário que se renuncie à noção de significado inscrito, fixo e imutável construído pelo autor, dando, assim, lugar ao leitor, que vai à busca desse significado.

ii *Noção logocêntrica/visão logocêntrica; Logocentrismo* – Se refere à tendência no pensamento ocidental, desde Platão, em buscar a centralidade da palavra (*logos*), das idéias, dos sistemas de pensamento, de forma a serem compreendidos como formas inalteráveis. As verdades veiculadas pelo logocentrismo são sempre tomadas como definitivas e irrefutáveis. Todas as teorias ligadas ao logocentrismo acreditam que “[...] é fora do sujeito/leitor ou receptor que se encontra a origem dos significados”. Isso quer dizer que “[...] a origem do significado é necessariamente localizada no significante (no texto, na mensagem, na palavra), nas intenções (conscientes) do emissor/autor, ou numa combinação ou alternância dessas duas possibilidades” (ARROJO, 1992, p. 35).

iii *Escritura* – Derrida utiliza esse termo fora do seu sentido corrente, levando em conta seu sentido metafórico. De acordo com o autor, no sentido corrente, a escritura “[...] é letra morta, é portadora da morte. Ela asfixia a vida”. Por outro lado, em seu sentido metafórico, a escritura remete à “[...] voz da consciência como lei divina, o coração, o sentimento, etc.” (DERRIDA, 1973, p. 21). Ou seja, a escritura é tomada no sentido em que sua natureza se encontra na “[...] voz que se ouve ao se encontrar em si”: uma leitura íntima e individual que procede do interior de cada indivíduo. A escritura não está sujeita à autoridade de quem escreve. O sentido de um texto está sempre adiado, nunca pode ser fixado.

iv *Logos* – Em grego significava inicialmente a palavra escrita ou falada – o Verbo. Mas a partir de filósofos gregos como Heráclito passou a ter um significado mais amplo. Logos passa a ser um conceito filosófico traduzido como razão; o princípio de inteligibilidade.

v *Desconstrução* – Partindo do método especulativo de Nietzsche, da fenomenologia de Husserl e da ontologia de Heidegger, Derrida apresenta a tese referente ao que chama de Desconstrução (*Déconstruction*), rejeitando qualquer definição estável ou dicionarizável para o que se entende por esse movimento. Através dele, Derrida fez repensar a forma como a linguagem opera. Desconjuntando os valores de verdade, significado inequívoco e presença, a Desconstrução aponta para a possibilidade de escrever não mais como representação de qualquer coisa, mas como a infinidade do seu próprio *jogo*. Tem como objetivo imediato criticar a metafísica ocidental e sua tendência ao logocentrismo. Do ponto de vista da análise textual, a Desconstrução visa a leitura de um texto de forma a revelar suas incompatibilidades e ambigüidades retóricas, suas aporias, *o ponto cego que o autor nunca viu* (RAJAGOPALAN, 1992, p. 26) demonstrando que é o próprio texto que as assimila e dissimula.

vi *Pós-estruturalista; a Perspectiva Pós-Estruturalista* – O pós-estruturalista interpreta o *pós* da expressão *pós-estruturalismo* como nomeando algo que vem depois e que tenta ampliar o estruturalismo, colocando-o na *direção certa*. Constitui-se como uma crítica ao estruturalismo, feita a partir dele mesmo, ou seja, tende-se a voltar alguns dos argumentos do estruturalismo contra o próprio estruturalismo, apontando-se algumas inconsistências fundamentais em seu método que são ignoradas pelos estruturalistas.

vii *Jogo* – “O conceito de jogo aparece como a possibilidade de destruição de um significado transcendental” (SANTIAGO, 1976, p. 53). É um processo de concretização do sentido das palavras, cujo mecanismo não se encontra pré-determinado. As palavras, segundo Derrida, não possuem um sentido único, estável, mas se encontram à deriva, num jogo aberto de significações. O sentido de uma palavra só existe em função da forma como se relaciona com outras palavras, e é sempre adiado, num interminável jogo de significações. O jogo, segundo Derrida, acontece num campo onde há “[...] substituições infinitas no fechamento de um conjunto finito” (DERRIDA, 1971, p. 244).